

O Bicentenário e as independências

INTELECTUALIDADES,
VOZES E MOVIMENTOS

AGENDA GERER

2º BIMESTRE
2022



EDUCAÇÃO

GOVERNO E
INTEGRIDADE
PÚBLICA



GERÊNCIA
DE RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS

COORDENADORIA
EXECUTIVA DE
PROMOÇÃO
DA IGUALDADE RACIAL

O
BICENTENÁRIO
E AS
INDEPENDÊNCIAS

Ficha Técnica

2ª Edição

Coordenadora de Diversidade Cultural Extensão Curricular

Joana Elisa Costa Oscar

Gerente de Relações Étnico-Raciais

Ricardo Luiz da Silva Fernandes

Assistentes

Luciana Guimarães Nascimento

Thayssa Menezes e Silva

Design

Pedro Vitor Guimarães Rodrigues Vieira

Rachel Nascimento da Rocha

Diagramação

Rachel Nascimento da Rocha

Revisão

Fernanda Nascimento Crespo

Luciana Guimarães Nascimento

Pesquisa e Elaboração

Fernanda Nascimento Crespo

Luan Ribeiro da Silva

Luciana Guimarães Nascimento

Rachel Nascimento da Rocha

Renata Francis Teodoro

Ricardo Luiz da Silva Fernandes

Taiana Costa Cardoso

Thayssa Menezes e Silva



O Bicentenário e as independências

INTELECTUALIDADES,
VOZES E MOVIMENTOS

SUMÁRIO

TEXTO INSPIRADOR	5
APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	8
NOSSAS INSPIRAÇÕES.....	10
PARA COMEÇAR.....	12

I - VOZES SUFOCADAS

- Na Inconfidência Mineira - 1789 16
- Na Revolta dos Búzios (Bahia) - 179822
- Na Revolução Pernambucana - 181729

II - OUTROS GRITOS

- Na Bahia – 1822-1823.....37
- No Piauí - 1822-1823.....43
- Em Pernambuco -1823-1824.....48

III - ECOS DA INDEPENDÊNCIA

- Na Revolta dos Malês - 183556
- Na Cabanagem -1835-1840..... 63
- Na Balaiada - 1838-1841..... 69

FIQUE DE OLHO.....	77
--------------------	----

É dever da escola recontar a história...

*"Precisamos ser
desobedientes como
opção pedagógica"*

Gersem Baruiwa



APRESENTAÇÃO

Prezadas equipes,

Dando continuidade à proposta da **Gerência de Relações Étnico-Raciais** de estimular a pauta antirracista no currículo escolar, apresentamos a Agenda da GERER do 2^a bimestre de 2022: **“Bicentenário e as independências: intelectualidades, vozes e movimentos”**, para propôr o desenvolvimento de olhar crítico sobre os processos de independência do Brasil. Nossa intenção é estimular o tensionamento das narrativas únicas, como bem nos propõe Chimamanda Ngozi Adichie (2009)*, desinvisibilizando agências, movimentos e expectativas populares, negras e indígenas, que não tiveram o espaço merecido nos discursos oficiais sobre os fatos históricos que marcaram o Brasil. O ponto central do debate proposto nesse material é a integração dos motes de independência, escravidão e liberdade, com a participação efetiva de pessoas não brancas, que ousaram e incluíram as demandas dos seus territórios e de seus grupos sociais nas lutas por liberdade. Muitas articulações políticas foram estabelecidas, a despeito do apagamento das ações coletivas destas populações, para pressionar a quebra de relações de exploração colonial.

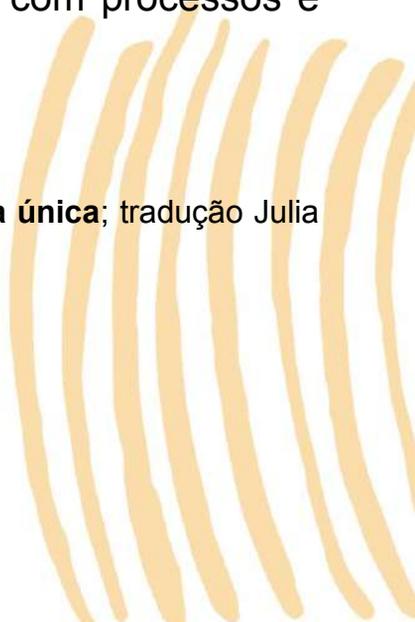


Por isso, ao nos depararmos com um cenário de destaque para o aniversário de 200 anos da declaração de independência do Brasil em relação à Corte Portuguesa, feita por D. Pedro I em 1822, aproveitamos o momento para incentivar um (re)olhar sobre este bicentenário, agregando outras narrativas que expliquem a construção da sociedade brasileira diante do episódio em destaque.

Sendo assim, almejamos que a **Agenda da GERER “Bicentenário e as independências: intelectualidades, vozes e movimentos”** se constitua como material de pesquisa, estímulo às novas explanações didáticas, a partir de um mergulho na História do Brasil que inclua a perspectiva étnico-racial na investigação dos fatos que alicerçam episódios célebres do nosso passado.

O convite que fazemos é para um reencontro com processos e personagens da nossa história. Vamos lá?!

*ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**; tradução Julia Rome. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



INTRODUÇÃO

Pensar nas comemorações pelo bicentenário da declaração de independência do Brasil, feita por D.Pedro I em 1822, nos provoca a romper com a lógica que apaga vozes não hegemônicas nos processos históricos. Diante disso, nosso desafio é estimular a reorganização das narrativas que influenciam os planejamentos pedagógicos, propondo outros olhares sobre a formação de nossa sociedade.

Não podemos admitir que as vozes daqueles que insurgiram contra os sistemas de dominação continuem a ser ignoradas, em virtude do seu pertencimento étnico-racial. Para isso, faz-se necessário investigar as histórias não contadas, questionando o desaparecimento da diversidade nas narrativas oficiais. Em uma sociedade marcada pela pluralidade entre raças e etnias, como no caso do Brasil, a ênfase em apenas um enunciado, ainda comum na atualidade, evidencia e reitera históricas desigualdades.

O trabalho de busca pelas vozes plurais que constituíram o Brasil nas dinâmicas históricas, equivale a um movimento de reparação contra todo apagamento que gerou conhecimentos incompletos e desinformação.



Nesse sentido, construímos um percurso que se lança a refletir sobre movimentos e anseios por *liberdade, igualdade* e movimentos de caráter *emancipacionistas* anteriores à década de 1820. Pautamos as disputas que ocorreram em nosso território protagonizadas por camadas populares racializadas, no ensejo dos desdobramentos, no Brasil, da Revolução do Porto, ocorrida em Portugal em 1821, assim como as lutas e tensões que se estenderam após a oficialização e esforços de consolidação do projeto de independência vencedor, que apostou na continuidade da escravidão como pilar de um Brasil que se edificava enquanto nação.

Desejamos que as equipes pedagógicas se apropriem do debate público, se impliquem na disputa de narrativas que cercam os episódios das independências, e enriqueçam o trabalho pedagógico a partir da ampliação de olhares e sentidos sobre acontecimentos que marcam a trajetória do nosso país.

Que tal investigar com seus alunos e alunas os aspectos que tensionam o processo de independência do Brasil e disputam sentidos para a sua validade?

Contem conosco nessa realização!

Bom trabalho!

Equipe da Gerência de Relações Étnico-Raciais

NOSSAS INSPIRAÇÕES



Ynaê Lopes dos Santos

Historiadora especialista na História da escravidão e das Relações raciais nas Américas. Mestre e Doutora em História Social pela USP, Ynaê é professora de História das Américas na UFF. É autora dos livros *Além da Senzala. Arranjos Escravos de Moradia no Rio de Janeiro* (Hucitec 2010), *História da África e do Brasil Afrodescendente* (Pallas, 2017) e *Juliano Moreira: médico negro na fundação da psiquiatria do Brasil* (EDUFF, 2020), e também responsável pelo perfil do Instagram @nossos_passos_vem_de_longe.

João José Reis

Graduado em História pela Universidade Católica do Salvador (1974), Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1975), Mestre e Doutor em História pela University of Minnesota. É Professor Titular do Departamento de História da UFBA. Membro Honorário Estrangeiro Vitalício da American Historical Association. Seu livro “A morte é uma festa” recebeu o Prêmio Jabuti de Melhor Obra, categoria Ensaio, em 1992, e o Prêmio Haring da American Historical Association, em 1997, de melhor obra historiográfica latino-americana. Também escreveu *Rebelião escrava no Brasil* (2003) e *Ganhadores* (2019). Em 2017, pelo conjunto de sua obra, o autor ganhou o prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras





Wlamyra Ribeiro de Albuquerque

Graduada em história pela Universidade Católica de Salvador (1991), mestre em história pela Universidade Federal da Bahia (1997) e doutora em história social da cultura pela Universidade Estadual de Campinas (2004). É professora adjunta da Universidade Federal da Bahia e do programa de pós-graduação em história da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Casé Angatu Xukuru Tupinambá

Indígena e morador da Aldeia Gwarini Taba Atã - Território Tupinambá de Olivença. Historiador e Doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo- FAU/USP. Docente na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/Ilhéus-BA) e na Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia (PPGER/UFSB). Autor dos livros: Nem tudo era italiano e pobreza, 1890-1915 (AnnaBlume, 2006); Identidade Urbana e Globalização - A formação dos múltiplos territórios em Guarulhos/SP (AnnaBlume/SIMPRO, 2006. Atualmente participa da Cátedra Indígena-LEER e do projetos Índios no Brasil.



Flávio dos Santos Gomes

Licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 1990), bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 1989), Mestre em História Social do Trabalho (1993) e Doutorado em História Social (1997), ambas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua como professor permanente nos programas de pós-graduação em História Comparada (PPGHC), História Social (PPGHIS) e Ensino de História (PPGEH), no Instituto de História da UFRJ. É professor colaborador do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em 2009 obteve a John Simon Guggenheim Foundation Fellowship e em 2014 (junho-julho) foi pesquisador visitante da New York University (NYU). Atua no Laboratório de Estudos de História Atlântica das sociedades coloniais e pós-coloniais (LEHA) do Instituto de História da UFRJ.



Para começar...



“A falsificação ideológica que sugere que nós temos paz é pra gente continuar mantendo a coisa funcionando.

Não tem paz em lugar nenhum. É guerra em todos os lugares, o tempo todo”.

(Ailton Krenak)

Disponível em:

Gerras do Brasil.Doc - Episódio 1:

<https://www.youtube.com/watch?v=VeMISgnVDZ4&t=289s>



Histórias para Ninar Gente Grande

Compositores: Danilo Firmino / Deivid Domênico / Mamá / Márcio Bola / Ronie Oliveira / Tomaz Miranda / Manu da Cuíca.

Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta
O avesso do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra

Brasil, meu denço
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500 tem mais invasão do
que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no
retrato

Brasil, o teu nome é Dandara
E a tua cara é de cariri
Não veio do céu
Nem das mãos de Isabel
A liberdade é um dragão no mar de
Aracati

Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de
chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins,
Marielles, malês

Mangueira, tira a poeira dos porões
Ô, abre alas pros teus heróis de
barracões
Dos Brasis que se faz um país de
Lecis, jamelões
São verde e rosa, as multidões.



Desfile oficial Mangueira 2019. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=0qODUwoSU-Q>

O BICENTENÁRIO E AS INDEPENDÊNCIAS

I



**VOZES
SUFOCADAS**

II



**OUTROS
GRITOS**

III



**ECOS DA
INDEPENDÊNCIA**

I VOZES SUFOCADAS

- NA INCONFIDÊNCIA MINEIRA - 1789
- NA REVOLTA DOS BÚZIOS (BAHIA) - 1798
- NA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA - 1817

"Não foi por acaso que D. Pedro I bravejou Independência ou Morte! naquele 7 de setembro. Ele sabia muito bem o quão esquentados estavam os ânimos de seus súditos. Sabia também que, num tempo não muito longínquo, esses mesmos súditos haviam ousado pensar um país independente e soberano. Por vezes, um país republicano – como na Inconfidência Mineira (1789), na Conjuração Baiana (1798), e na Revolução de Pernambuco (1817). Em momentos mais audaciosos, um país sem escravos.."

(Yruê Lopes dos Santos)

Na Inconfidência Mineira



Foto reprodução: Portal do Bicentenário

“Os tambores de Minas soarão/
Seus tambores nunca se calaram.”
(Milton Nascimento e Márcio Borges)

No Brasil, dentre os movimentos emancipacionistas anteriores à década de 1820, a Inconfidência Mineira (1789), também conhecida por Conjuração Mineira, é uma referência. Nas Minas Gerais da década de 1780 somavam-se às insatisfações com o aumento do controle metropolitano, a difusão de ideais do Iluminismo europeu, e as experiências de independência e república das ex-colônias inglesas do norte da América. Sentidos de *liberdade* tomaram o cenário político nas principais comarcas da capitania, Vila Rica, Rio das Mortes e Serro do Frio, e principalmente membros das elites locais passaram a almejar a ruptura com a relação colonial vigente e com a monarquia, defendendo valores republicanos. Mas o que compreendiam por *liberdade*?

Grandes comerciantes, mineradores, senhores que tinham sob sua posse gado e pessoas escravizadas, aliados a profissionais liberais e de funções letradas foram atores políticos desse movimento. Alguns deviam grandes quantias ao fisco metropolitano e pretendiam superar essa condição. A cobrança em forma de *derrama* (dispositivo fiscal metropolitano para corrigir a arrecadação anual de impostos) foi uma questão proeminente entre insurgentes. Na gama de seus anseios que, sabemos, não eram homogêneos, constavam a liberdade para: transações comerciais, a extração de metais preciosos, o redirecionamento de impostos arrecadados a investimentos internos e, a organização política e administrativa da região. A expulsão do então governador para Portugal estava entre os primeiros planos sediciosos que não chegou a se concretizar, já que os revoltosos foram delatados e, os acusados de envolvimento, perseguidos além de severamente punidos pela Corte.

Rebeldes foram julgados, condenados, punidos tiveram seus bens apreendidos, alguns foram exilados no continente africano e, o caso de punição que mais se destacou foi o de Tiradentes, Joaquim José da Silva Xavier. Enforcado em praça pública, no Rio de Janeiro, teve partes do corpo esquartejado e espalhadas por ruas de Minas Gerais. Os anseios por *liberdade* dos inconfidentes foram incisivamente sufocados pelas forças da Coroa Portuguesa.

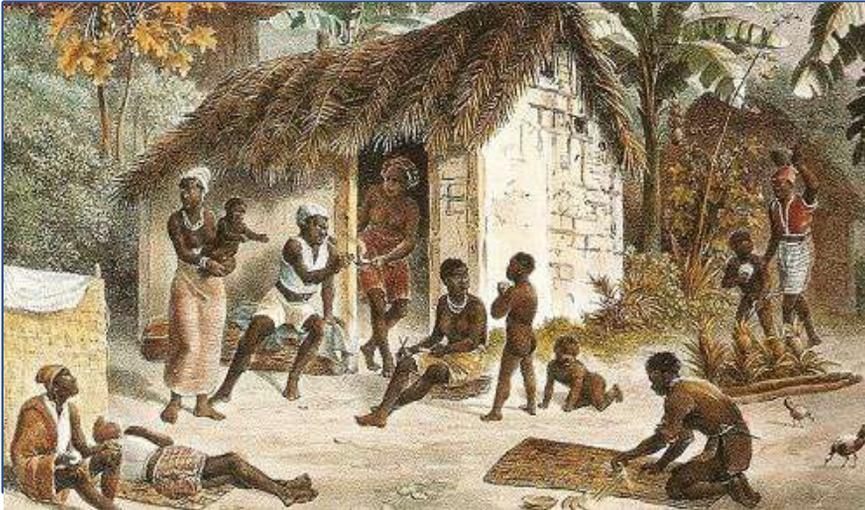


Foto reprodução: Wikimedia Commons

Bandeiras de *liberdade* hasteadas pelos conjurados mineiros sufocaram vozes da população africana e afro-descendente, maioria na região das Minas, que a gritos ou sussurros desenvolvia estratégias de sobrevivência e enfrentamento à ordem escravista. Na última e decisiva reunião dos insurgentes, em 26 de dezembro de 1788, firmou-se o acordo de que, para evitar o desequilíbrio do sistema social da região, a questão da escravidão não seria repensada em princípio. Segundo João Furtado (2002), tal perspectiva era defendida também por Tiradentes, curiosamente edificado no Brasil República como *herói da liberdade*.

Houve propostas para abolição, por medo de uma revolta negra; e outras para alforriar escravizados nascidos no Brasil, mantendo a escravidão de africanos. O fato é que, se a respeito do tema não havia unanimidade entre os conjurados mineiros, foi a manutenção do sistema escravista que se impôs em suas projeções de *liberdade*.

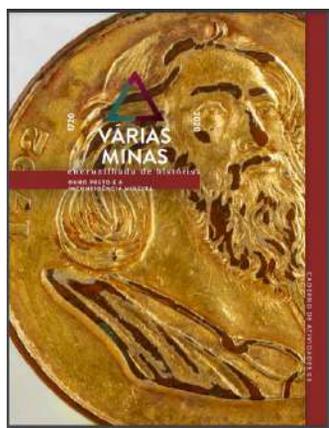
CURIOSIDADE:

A Coroa Portuguesa apreendeu os bens de 24 acusados e condenados pelo movimento insurgente das Minas Gerais de 1789. Dentre os patrimônios de rebeldes de Rio das Mortes, pessoas escravizadas se destacaram, tanto pela quantidade quanto pela diversidade étnica. Sete condenados desta comarca somavam sob suas posses 442 escravizados(as), sendo 159 nascidos(as) no Brasil e 279 no continente africano, indicando suas imbricações com o tráfico transatlântico. Esses dados nos instigam a refletir sobre o fato de a abolição da escravidão não constar entre os temas privilegiados pelos mineiros naquele 26 de dezembro de 1788. E Tiradentes? Mesmo um dos mais destituídos de posses entre insurgentes, mantinha 5 pessoas escravizadas sob seu domínio, segundo os historiadores André Rodrigues e Jones Freire (2018).

PARA SABER MAIS:



Filme: “Joaquim” (2016), de Marcelo Gomes propõe abordagem desmistificada de Tiradentes.



“Várias Minas: encruzilhada de histórias”. Caderno de Atividades: Ouro Preto e a Inconfidência Mineira. <https://abre.ai/ouropretoinconfidencia>



Livro: Romanceiro da Independência, de Cecília Meireles. Disponível em: <https://abre.ai/romanceirodainconfidencia>



REFERÊNCIAS

CARVALHO, Aline F. A Liberdade, os inconfidentes mineiros e a ditadura militar entre 1964 e 1968. **TEMPOS HISTÓRICOS**, Volume 12 Número 2, Ano X - 2º semestre, 2008. Dossiê Brasil Contemporâneo, Marechal Cândido Rondon, 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/2214>. Acesso em: 29/03/2022.

FURTADO, João P. **O manto de Penélope; História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9**. (1ª ed.) São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, João P. **Verbete Inconfidência Mineira**. Departamento de História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, MG, s.d. Disponível em: <https://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/verbeteinconfidenciamineira.pdf>. Acesso em: 29/03/2022.

FREIRE, Jonis e RODRIGUES, André F. O preço dos escravos e suas “cores” nas escravarias dos inconfidentes mineiros da comarca do Rio das Mortes, nas Minas Gerais de 1789 a 1791. **ESTUDOS ÍBERO-AMERICANOS**, PUC, RS, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1346/134658381015/html/>. Acesso em: 29/03/2022.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira - Brasil e Portugal 1750-1808**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Outros gritos da Independência do Brasil**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/outros-gritos-da-independ%C3%Aancia-do-brasil/a-59073543>. Acesso em: 28/03/2022.

Na Revolta dos Búzios



Foto reprodução: Governo da Bahia

“ Até o final do século XVIII, nenhum movimento político no Brasil possuía um programa tão amplo, com penetração tão profunda nas classes e camadas sociais, quanto este.” (*Antonia Garcia*)

A Revolta dos Búzios, também conhecida como Revolta dos Alfaiates, foi um movimento que aconteceu na cidade de Salvador, Bahia, em 1798, poucos anos depois da Inconfidência Mineira e praticamente duas décadas antes do 7 de setembro de 1822.

É comum encontramos em livros de História esse movimento nomeado como Conjuração Baiana, no entanto, em tempos recentes a nomenclatura Revolta dos Búzios tem sido defendida por movimentos negros organizados, que marcam presença nas comemorações pela revolta em agosto, enfatizando a centralidade da participação de homens e mulheres.

negras, e suas pautas, principalmente pela identificação com a luta contra a escravidão e a associação às origens africanas. A designação Revolta dos Búzios, inclusive, se deve ao fato de alguns revoltosos usarem um búzio preso a uma pulseira para facilitar a identificação entre si.

O movimento se inicia com reuniões na chamada “Academia dos Renascidos”, associação literária que discutia problemas sociais que afetavam a população. Esta associação foi criada pela loja maçônica “Cavaleiros da Luz” onde participavam tanto cidadãos ilustres da sociedade quanto pessoas das camadas sociais mais populares, que discutiam os caminhos para o Brasil livre da tutela portuguesa, tornando-se uma república democrática, na qual a cor da pele não seria razão para discriminação.

Assim, em 1798 o movimento vai às ruas com o objetivo de emancipar a colônia e abolir a escravidão. Em 12 de agosto daquele ano começam a aparecer nas portas de igrejas e casas da Bahia, panfletos que pregavam um levante geral e a instalação de um governo democrático, livre e independente do poder metropolitano. Os conspiradores colocaram nos muros da cidade papéis manuscritos chamando a população à luta e proclamando idéias de liberdade, igualdade, fraternidade e República.

DESTAQUE:



Foto reprodução: Governo da Bahia

Os quatro mártires da Revolta dos Búzios foram: Lucas Dantas, Luís Gonzaga, Manoel Faustino e João de Deus são os quatro homens que foram enforcados na praça da Piedade, na cidade de Salvador. Todos eles tinham em comum, a origem humilde, a cor da pele mais escura e eram lideranças do movimento que queria a revolução por meio das ideias. A violenta repressão logo no início do movimento foi crucial para que os ideais apresentados pelos revolucionários não fossem difundidos.

Já os elementos pertencentes à loja maçônica “Cavaleiros da Luz” foram absolvidos, deixando claro que a pena pela condenação correspondia à condição sócio-econômica e à origem racial dos(as) condenados(as).

Todos os enforcados eram pardos, jovens, sendo dois soldados e dois alfaiates.

Outros(as) revolucionários(as) tiveram penas de prisão e, entre eles(as) Lucreia Maria Gercent, Domingas Maria do Nascimento, Ana Romana Lopes e Vicência, indicando que apesar do histórico silenciamento, houve participação ativa de mulheres negras nesse movimento.

CURIOSIDADE:

Em 2018 o governo da Bahia homenageou os 220 anos da Revolução, apresentando para o carnaval daquele ano o tema “220 anos da Revolta dos Búzios - Igualdade e Liberdade”. A decisão inspirou decoração de ruas, especialmente o Centro Histórico da cidade de Salvador, além servir como influência para as canções dos blocos afro da cidade.

Em um dos panfletos distribuídos pelos revoltosos, em 12 de agosto de 1798 era possível ler:

***“ANIMAI-VOS POVO BAIENSE QUE ESTÁ PARA CHEGAR O
TEMPO FELIZ DA NOSSA LIBERDADE: O TEMPO EM QUE
TODOS SEREMOS IRMÃOS: O TEMPO EM QUE TODOS
SEREMOS IGUAIS.”***

PARA SABER MAIS:



O QUE FOI A REVOLTA DOS BÚZIOS? - MEUS HERÓIS NEGROS BRASILEIROS



Q Que Foi A Revolta Dos Búzios ?
Meus Heróis Negros Brasileiros
https://www.youtube.com/watch?v=MsG8T_Bfypk

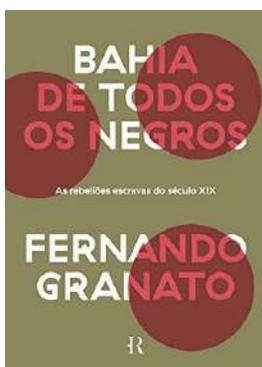


Secretaria de Cultura do Estado da Bahia - Revolta dos Búzios | 220 anos <https://abre.ai/revoltadosbuzios220anos>

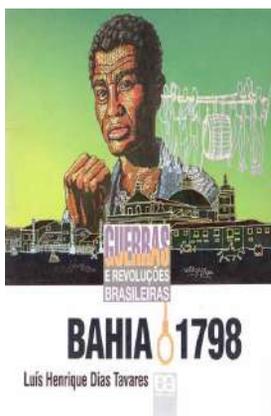




Filme: Um Sonho de Liberdade na Bahia do Séc. XVII. Dirigido por: Antônio Olavo



Livro: Bahia de todos os negros
Escrito por: Fernando Granato



Livro: Bahia 1798
Autor: Luis Henrique Dias Tavares

REFERÊNCIAS

GOVERNO DA BAHIA. **Carnaval no Pelô homenageia 220 anos da Revolta dos Búzios.** YOUTUBE, 06 de fevereiro de 2018. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=n-eEx5EYwKc>. Acesso em 15/04/2022.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO/MULTIRIO. **Conjuração Baiana: a repressão da Coroa.** Disponível em:
<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/brasil-monarquico/87-crise-do-sistema-colonial/8843-conjura%C3%A7%C3%A3o-baiana-a-repress%C3%A3o-da-coroa-portuguesa> . Acesso em 15/04/2022.

_____. **A Conjuração Baiana e as "infames ideias francesas".** Disponível em:
<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/brasil-monarquico/87-crise-do-sistema-colonial/8842-conjura%C3%A7%C3%A3o-baiana-e-as-infames-ideias-francesas> .
Acesso em 15/04/2022.

PREFEITURA DE SALVADOR. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Pesquisador da Revolta dos Búzios, professor da Rede Municipal fala sobre os 223 anos do levante.** 12 de ago de 2021. Disponível em:
<http://educacao.salvador.ba.gov.br/pesquisador-da-revolta-dos-buzios-professor-da-rede-municipal-fala-sobre-os-223-anos-do-levante/>

RUY, Afonso. **A Primeira Revolução Social do Brasil.** vol. 217. 1a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. P. 68.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Outros gritos da Independência do Brasil.** Disponível em:
<https://www.dw.com/pt-br/outros-gritos-da-independ%C3%Aancia-do-brasil/a-59073543> .
Acesso em: 28/03/2022.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA BAHIA. **LIVE - REVOLTA DOS BÚZIOS.** Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=OlfrZY9tbk> . acesso em: 15/04/2022.

TEIXEIRA. Marli Geralda. **Revolta de Búzios ou Conjuração Baiana de 1798: uma chamada para a liberdade.** Disponível em:
<http://smec.salvador.ba.gov.br/documentos/revolta-dos-buzios.pdf> . Acesso em: 14/04/2022.

Na Revolução Pernambucana



Foto reprodução: BN Digital - Bandeira de Pernambuco, aquarelada [1817].

*" Está no sangue e na alma
Pernambucano é guerreiro
No passado e no presente
Esse povo é altaneiro
faz guerra e revolução
sempre está de prontidão
Combatente verdadeiro".
(Juarez do Cordel)*

A Revolução Pernambucana, datada em 1817, é citada como um pólo de irradiação do enfrentamento ao sistema político e social vigente, a monarquia. Havia uma intencionalidade separatista em relação à Coroa Portuguesa nesse movimento, estimulada pela insatisfação com o aprofundamento das desigualdades econômicas entre Norte e o Sul do país, promovido pelo aumento de impostos sobre a produção de açúcar e algodão para manutenção dos custos da Corte no Rio de Janeiro.

Historicamente, a Revolução Pernambucana é descrita a partir do apagamento da participação ativa de populações africanas e afro-brasileiras e seus anseios por liberdade e igualdade. Apesar disso, em carta ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, o Governador de Pernambuco Luiz do Rego Barreto

relatou com preocupação, em 1819, que os mais bravos aliados da revolução eram negros, e isso o remetia aos movimentos que ocorreram na colônia francesa de São Domingos, quando independente chamada de Haiti (1791-1804), centrados no ideário de liberdade e no enfrentamento ao sistema colonial e às desigualdades.

A expressiva participação popular, em especial da população negra livre, é apontada por Luiz Silva (2006) como um aspecto importante de diferenciação do movimento pernambucano em relação à Inconfidência Mineira 1789, por exemplo. Inserindo-se no cenário político em questão, lideranças e batalhões de pretos e pardos colocaram em xeque hierarquias arraigadas da ordem aristocrática disputando sentidos de *liberdade e igualdade*, palavras centrais e polissêmicas naquele contexto.

A revolução iniciada em março de 1817 triunfou durante pouco mais de 70 dias, instaurando, nesse período, a República, a liberdade de imprensa e de credo, mas mantendo a escravidão no território de Pernambuco, em consonância com interesses das elites locais.

Em maio daquele ano, todavia, tropas imperiais somadas a comerciantes portugueses e proprietários rurais tomaram o Recife, derrotando o projeto revolucionário, e punindo violentamente seus líderes. Cabe ressaltar, que mesmo projetado com algumas inovações, as contradições foram a marca da primeira experiência de governo republicano no Brasil e, embora aberto à igualdade racial e social, não pautava a contrariedade à escravidão, em troca da manutenção de apoio recebido pelos latifundiários da época. Apesar do desfecho, a Revolução de 1817 legou marcas profundas à sociedade brasileira, evidenciando o enfraquecimento do poder da Corte, influenciando outros movimentos de independência, inclusive em território pernambucano, que viria a ser palco de outros movimentos articulados ao ideário liberal, separatista e republicano anos depois. Como exemplo, podemos citar a Confederação do Equador, que em 1824 envolveu liberais dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, insatisfeitos com o caráter centralizador do governo instituído por D.Pedro I, após este ter declarado a independência em 1822.

DESTAQUE:

Se a adesão ao movimento pernambucano era vista por agentes não racializados meramente como forma de agregar forças a um ou outro partido em concorrência, a busca por maior inserção no mundo político por parte da população preta e parda era informada por experiências, demandas e expectativas próprias, almejando conquistas simbólicas e materiais, das quais a população não branca fora historicamente alijada. O historiador Luiz Geraldo da Silva afirma que:

...as acusações que pesavam contra os negros livres envolvidos na revolução de 1817 apontam para práticas e concepções políticas que apenas em parte foram elaboradas em decorrência de contatos com ilustrados radicais. Em grande medida, elas surgiram em conversas nas oficinas artesanais, nas corporações militares, nos círculos familiares. (SILVA, 2006, p. 375)

Dentre as agências negras na Revolução Pernambucana de 1817 são destacados pelo historiador: José do Ó Barbosa, Francisco Dorneles Pessoa e Joaquim dos Santos, alfaiates, parentes e membros do Batalhão de Pardos; além do coronel negro Pedro da Silva Pedroso.

PARA SABER MAIS:



Série: O Mochileiro do Futuro - Episódio: A Revolução Pernambucana

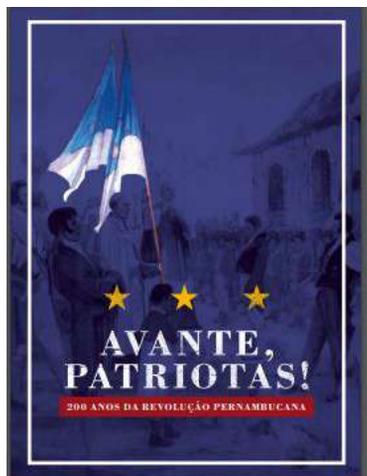
Disponível em: <https://abre.ai/multiriorevpernambucana>



Acervo Biblioteca digital:

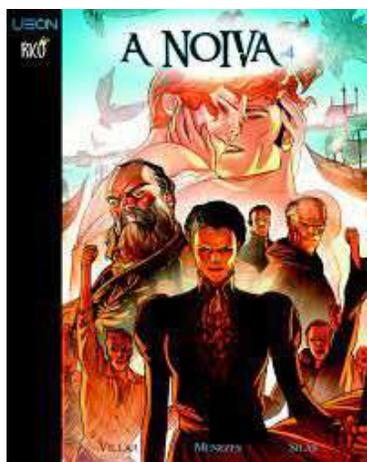
<http://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/pernambuco-1817-a-revolucao/a-revolta/>





Livro: Avante Patriotas - 200 anos de
Revolução Pernambucana

<https://abre.ai/avantepatriotas>



HQ livremente inspirado no livro
“A Noiva da Revolução”, de Paulo
Santos de Oliveira. Roteiro: Eron
Villa, Ilustrações: Leonardo
Menezes, Thony Silas

REFERÊNCIAS

MOREL, Marco. República de 1817. **O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira**. 04 jun. 2018.

http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5233&Itemid=287. Acesso: 26 de abril de 2022.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Outros gritos da Independência do Brasil**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/outros-gritos-da-independ%C3%Aancia-do-brasil/a-59073543> . Acesso em: 28/03/2022.

SILVA, Luiz G. S. da. O Averso da independência: Pernambuco (1817-24). In: MALERBA, Jurandir (org.). **A Independência Brasileira: Novas Dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

II OUTROS GRITOS

- NA BAHIA - 1822-1823
- NO PIAUÍ - 1822-1823
- EM PERNAMBUCO - 1823-1824

O grito às margens de um rio pouco caudaloso - muito diriam que não passava de um córrego - não fora ensaiado. Foi quase um rompante do príncipe, agora imperador, tomando as rédeas de uma independência que já havia sido assinada por sua esposa dias antes, uma informação quase esquecida num país que insiste em silenciar a atuação das mulheres.

Na Bahia



Foto: Wikimedia Commons

“A Bahia tem a personalidade de um país e o Dois de Julho é seu principal mito de origem”. (João José Reis)

O estado da Bahia foi um dos principais palcos das guerras da independência, tendo sido o local onde as conflagrações duraram mais tempo e que mobilizou o maior contingente de pessoas, contando, notadamente, com a participação de segmentos populares.

A guerra de independência, ocorrida entre junho de 1822 e julho de 1823 na Bahia, pretendia a expulsão das tropas lusitanas que encontravam-se fixadas na cidade do Salvador desde fevereiro de 1822. Estava em jogo a posse e a preservação colonial desta parte da América para os Portugueses, o que desagradava tanto aos grandes proprietários, interessados nas vantagens do livre comércio,

quanto às classes populares, que viam no domínio colonial uma forma de opressão.

A guerra possuiu, além da dimensão militar e anticolonial, um aspecto que vem emergindo em novas pesquisas: os tensionamentos entre as diferentes classes sociais, principalmente entre as camadas representadas, de um lado, pelas “elites”, de outro, pelo “povo”.

Ao longo das batalhas pela independência na Bahia, que duraram um ano e sete dias, as mulheres desempenharam um papel importantíssimo no processo, tendo muitas se destacado nas batalhas. Entre elas está Maria Felipa, líder negra que articulou ataques às embarcações portuguesas com outras mulheres em Itaparica.

Em consequência do apagamento histórico das ações revolucionárias femininas, elas se tornaram pouco conhecidas nas narrativas de Independência, embora possuam muita relevância nos movimentos de lutas emancipatórias, que ocorreram em solo baiano sobretudo, tendo participação de mulheres negras e indígenas.

Nas comemorações do 2 de julho, data que marca a independência da Bahia, as imagens dos Caboclos simbolizam o heroísmo triunfante em referência à participação de camadas populares. Através de retratos e estátuas, a atuação militar de Maria Quitéria é celebrada nas praças de Salvador.

Já a freira Joana Angélica, ilustra o modelo de heroína mártir através da sua face religiosa tombada ao defender o próprio claustro em um paradoxo de santidade e rebeldia.

Após a derrota dos lusitanos comandados por Madeira de Mello para o batalhão de soldados populares (índigenas, negros, sertanejos e voluntários), suas tropas foram forçadas a abandonar a cidade de Salvador fugindo pelo mar, rumo à Europa.

DESTAQUE:

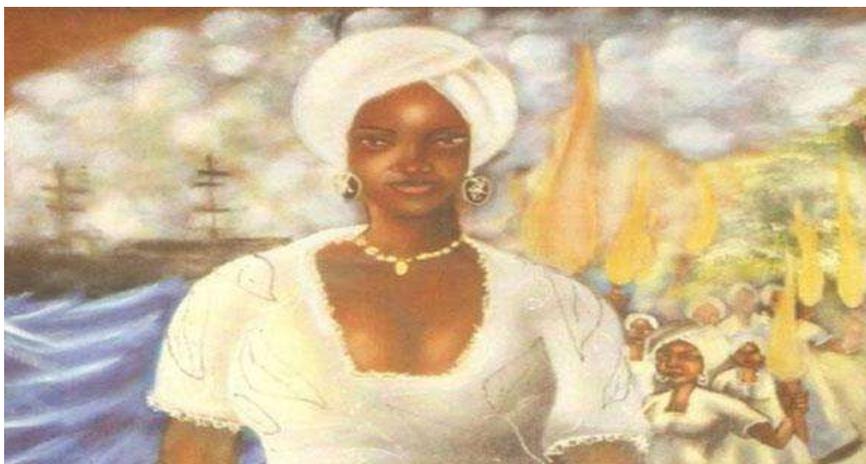


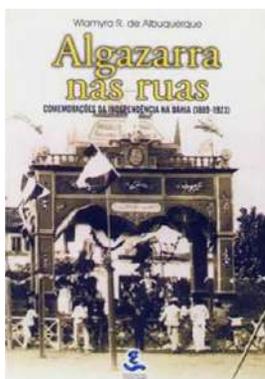
Foto reprodução: Divulgação/Casa de Maria Felipa

Liderança negra, Maria Felipa articulou um grupo de mulheres que seduziram os portugueses, fizeram com que eles ficassem embriagados e depois deram neles uma surra de um vegetal que provoca urtiga e sensação de queimadura ao toque com a pele. Após conseguirem dominar os oponentes, e queimaram suas embarcações. Uma pequena batalha ocorreu no dia 7 de janeiro de 1823, na Ilha de Itaparica e, embora o fato tenha ocorrido de forma pontual, resultou em uma significativa queda no número de soldados das tropas portuguesas.

Não há certeza sobre a imagem de Maria Felipa, porém, a mais difundida em livros e, no domínio da internet, é da perita técnica Filomena Modesto Orge.

Há pelo menos duas associações dedicadas à memória dessa heroína da história: uma em Salvador e outra em Itaparica.

PARA SABER MAIS:



Livro: “Algazarra nas Ruas”
Wlamyra R. de Albuquerque



Sinopse do enredo para o carnaval de 2019 da Manguieira.
“História pra ninar gente grande”. Disponível em:

<https://abre.ai/historiaprarinargente grande>



Apresentação Cordel Maria Felipa. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=SJa3tFHmlGc>



REFERÊNCIAS

CANÁRIO, Eldon Dantas. **O sol do Dois de Julho**. Salvador: Ponto e Vírgula, 2008.

FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. **Maria Felipa de Oliveira: heroína da independência da Bahia**. Salvador: Quarteto, 2010.

REIS, João J. **O Jogo Duro do Dois de Julho: O “Partido Negro” na Independência da Bahia**. In: REIS, João José, e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Outros gritos da Independência do Brasil**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/outros-gritos-da-independ%C3%Aancia-do-brasil/a-59073543> . Acesso em: 28/03/2022.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O dia em que o povo ganhou**. São Paulo: Círculo do Livro, 1983.

SERRA, O. Triunfo dos caboclos. In: CARVALHO, MR., and CARVALHO, AM., org. *Índios e caboclos: a história recontada* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 55-77. ISBN 978-85-232-1208-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SILVA, Marcelo Renato Siquara. **Independência ou morte em Salvador: o cotidiano da capital da Bahia no contexto do processo de independência brasileiro (1821-1823)**. Dissertação de Mestrado, UFBA, 2012.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **A independência do Brasil na Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

No Piauí



Foto: <https://www.historia.ufr.br/impressoesrebeldes>

“Os indígenas percebiam a conjuntura em que viviam de maneira particular... Em todos estes momentos manifestaram seu desejo de defender suas garantias e sua insatisfação contra aqueles que não as respeitavam...”
(João Paulo Peixoto Costa).

Proclamada em 19 de outubro de 1822 e consolidada a partir da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior em 13 de março de 1823, a Independência do Piauí foi um marco importante para a Independência do Brasil, do qual participaram ativamente povos indígenas.

O Regime Português estava em questão e, diversas frentes políticas projetaram outros caminhos para a governança deste território. A participação dos povos indígenas nesse sentido tem sido historicamente apresentada de maneira nebulosa em abordagens que atribuem passividade, ou mesmo alienação, em suas incorporações a exércitos emancipacionistas.

Entretanto, pesquisas recentes têm destacado a importância política desses atores nos movimentos por independência, que surgiam como uma esperança de conquistas para grupos sociais heterogêneos. Assim, a participação dos povos indígenas nestes movimentos foi fomentada por processos de reflexão e desejos inerentes às suas próprias experiências, articulando-se em lutas por terra, autonomia de seus territórios e reconhecimento enquanto sujeitos.

Apesar disso, ainda são comuns referências às suas ausências, ou ênfases à participação dos indígenas nos contextos de independência meramente como fruto de recrutamento forçado às batalhas.

Abordagens como essas partem do pressuposto de que estes seriam incapazes de refletir politicamente, de construir projetos, e de se aliarem ou se oporem a forças de acordo com suas próprias demandas. E, ainda, de que todos os indígenas estariam alheios à cultura letrada, ignorando inclusive registros de suas participações políticas também via câmaras municipais, nas chamadas “vilas de índios”, em territórios de antigos aldeamentos.

Diante de narrativas dominantes, que invisibilizam as agências indígenas na História do Brasil, subestimando processos filosóficos inerentes às culturas indígenas muito centrados na oralidade e, desconsideram a heterogeneidade de suas experiências, precisamos destacar suas presenças!

DESTAQUE:



Foto reprodução: Câmara dos deputados

Forças indígenas no Piauí

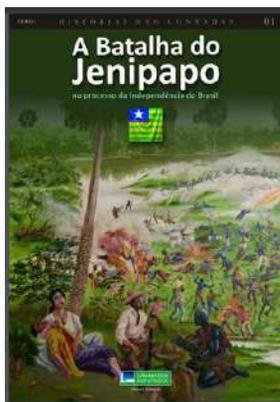
Indígenas do Ceará atenderam a chamadas de recrutamento para reforço em batalhas no Piauí contra os constitucionalistas. Porém, as forças do governo do Piauí se surpreenderam com a insubmissão da tropa indígena da Vila-Viçosa aquartelada em Campo Maior que, articulada a outros grupos subalternos, passou a manifestar antilusitanismo expresso no grito “*Morra que é corcunda!*”, tal como relatado pelo capitão Alexandre Nereu à Junta Governativa (COSTA, 2016). “Corcunda”, nesse caso, se referia praticamente da mesma forma a europeus e a todos os que representavam posição social de domínio naquela sociedade, aos quais indígenas dirigiram ataques. Não era apenas a “causa do Brasil” que estava em jogo, no ensejo da independência povos indígenas não deixavam de manifestar suas intenções e interesses e o enfrentamento às submissões que lhes eram impostas.

PARA SABER MAIS:



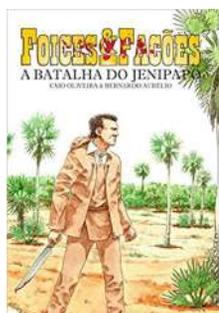
Live: 200 da Independência: Os povos indígenas na formação do Brasil Império e o acervo da Biblioteca Nacional:

<https://www.youtube.com/watch?v=MIAjVgmXJQI>



Caderno organizado pela Câmara dos Deputados, que faz parte da série “Histórias não contadas”:

<https://www2.camara.leg.br/batalha-do-jenipapo>



HQ “Foices e Facões - A Batalha do Jenipapo”, de Bernardo Aurélio de Andrade Oliveira.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, Bruno da S.A. de; KAINGANG, D. B.; COSTA, J.P.P. **200 da Independência:**

Os povos indígenas na formação do Brasil Império e o acervo da Biblioteca Nacional.

Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. 1 Vídeo (1h:25 min). [Live]. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=MIAjVgmXJQI>. Acesso em: 12 de abril de 2022.

COSTA, João Paulo Peixoto. Mata que é corcunda! Os índios do Ceará na guerra de independência do Piauí. Habitus: **Revista do Instituto Goiano de Pré-História e**

Antropologia, Goiânia, v. 14, n. 2, p.243-262, jul./dez. 2016. Disponível em:

<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/5371/294>. Acesso em: 12 jul. 2019.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Outros gritos da Independência do Brasil.** Disponível em:

<https://www.dw.com/pt-br/outros-gritos-da-independ%C3%Aancia-do-brasil/a-59073543> .

Acesso em: 28/03/2022.

Em Pernambuco



Foto reprodução: A Batalha de Palm Tree Hill, 1845 - Por January Suchodolski - História UFF.

*“O Haiti é aqui”
(Caetano Veloso e Gilberto Gil)*

Entre 22 e 23 de fevereiro de 1823 a população negra armada foi às ruas do Recife, sob comando do capitão de artilharia Pedro da Silva Pedroso. Também chamado de “Pardo do Recife”, ele chega a tomar o poder durante alguns dias, obrigando o então governo da Junta dos Matutos (formado por proprietários rurais, que chegaram ao poder com seu auxílio em 1822) a se retirar para a Vila do Cabo. Comparada em registros da época a passagens da revolução que culminou na independência do Haiti em 1804, a “Pedrosada” foi um levante que envolvia o desejo de implantar um governo negro em Pernambuco.

Em diversas regiões do Brasil, o contexto era de esforços e

contrariedades para a consolidação do projeto de independência construído por José Bonifácio, tendo o príncipe regente à frente, e proclamado em 1822. Sua popularidade junto às pessoas racializadas o tornou alvo de investidas de monarquistas a republicanos e sua circulação entre as elites o levou ao prestigiado cargo de Governador das Armas em setembro de 1822. Porém, o “Pardo do Recife” atuava de forma independente, não cumprindo ordens nem de Lisboa, a quem oficialmente deveria obediência, tampouco do Rio de Janeiro ou do governo provincial, passando a exercer poderes de prisão, soltura, execução, concessão e retirada de poderes militares. Chegou a dar ordem de prisão a 162 europeus e, durante a “Pedrosada”, soltou muitos negros, incluindo quilombolas que haviam sido presos pela Junta dos Matutos. O levante teve início quando, diante da solicitação de sua demissão do cargo por parte desta Junta, tomaram as ruas:

...dois batalhões de caçadores, o esquadrão de cavalaria de primeira linha, o batalhão dos Bravos da Pátria, os Monta Brechas, os Intrépidos, alguns milicianos e todas as guerrilhas em conjunto com os grupos populares da Vila do Recife moradores dos bairros de São José e Afogados, composto quase totalmente por mulatos, negros e mestiços pobres livres e libertos, os quais assenhoriaram-se das ruas da Ilha de Santo Antônio onde buscaram implantar um governo que os representassem, um governo de negros (SILVA, 2017, p.1).

Pedro Pedroso foi “Senhor do Recife” apenas por alguns dias, tendo sido preso e enviado ao Rio de Janeiro.

No ano seguinte, se envolveu com a repressão à Confederação do Equador, movimento separatista e republicano que teve como objetivo a emancipação de Pernambuco e de províncias vizinhas. Nesse outro movimento, Pedroso se juntou a outra liderança negra: o Major Emiliano Mundurucu.

Em meio a embates entre elites, o também conhecido como “Major de Pardos” esteve à frente de outro plano de sedição marcado pela questão racial no Recife, que revelava inspiração na revolução haitiana. Revoltosos ameaçavam de saque o comércio comandado por portugueses e proferiam:

Qual eu imito a Cristóvão

Esse mortal haitiano

Eia! Imitai ao seu povo

Ó meu povo soberano

Esse levante negro evidencia os muitos interesses em disputa, também, no contexto do movimento de 1824, que contribuiu de forma expressiva para as instabilidades que marcaram o Primeiro Reinado. Todavia, o projeto de uma república no nordeste, que chegou a contar com constituição própria e a suspender provisoriamente o tráfico de pessoas escravizadas, foi duramente sufocado pelas forças imperiais e severas punições foram aplicadas aos envolvidos, incluindo a execução de lideranças.

DESTAQUE:



Foto reprodução: Memória BN

Mudanças de posicionamento político e atuações incisivas e decisivas junto a diferentes grupos marcaram a trajetória de Pedro Pedroso. Em 1834, na *Bússola da Liberdade* de 20 de setembro, reivindicava a autoria do primeiro grito de independência, em alusão a sua participação na Revolução Pernambucana de 1817, quando, diferente do seu posicionamento na década 1820, defendia ideias separatistas republicanas.

Não pude ouvir a sangue frio que o Senhor Dr. José Bonifácio fosse o primeiro que desse o grito de independência do Brasil: esta glória só a mim pertence, porque eu é que fui o primeiro que na cidade do Recife de Pernambuco, a 6 de março de 1817 pelas 2 horas da tarde, fiz soar esta palavra mágica, que ao depois foi ecoada em 7 de setembro de 1822 pelo Sr. José Bonifácio de Andrada nos campos do Ipiranga. Perdoe-me! O seu a seu dono (PEDROSO, 1834, n.p. *apud*. COSTA, 1882, p. 762).



Foto reprodução: Jean Batist Debret - Bicentenário 2022

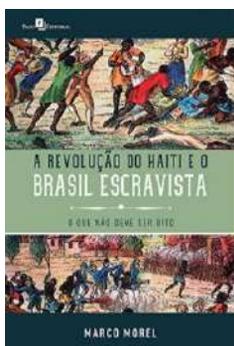
Os impactos da atuação política de Emiliano Mundurucu chegaram aos Estados Unidos. Exilado após derrota da Confederação do Equador (1824) o “Major de Pardos” abriu, em 1833, a primeira ação judicial contra a segregação racial da história daquele país, devido à situação de racismo vivenciada por sua família em uma viagem à bordo de barco a vapor. Esse caso alcançou grande vulto na época e se tornou um marco para o ativismo negro em diversas partes do mundo (MOREL, 2017).

Suas histórias são importantes para percebermos a repercussão da participação de pessoas negras nos processos por independência, associando-as a lutas por liberdade e igualdade em termos raciais. A semente plantada no território pernambucano serviu a outros florescimentos de ações coletivas de enfrentamento ao racismo.

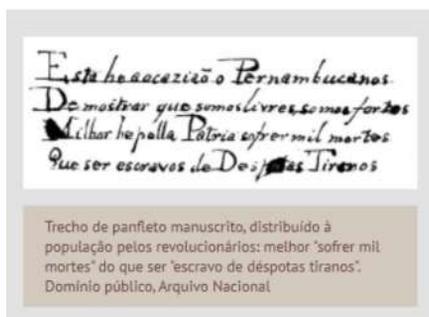
PARA SABER MAIS:

O Haiti

Sob liderança de Toussaint Louverture e Jean-Jacques Dessalines, o Haiti se tornou o primeiro país independente da América Latina e estabeleceu um governo negro. Esse exemplo aterrorizou as classes senhoriais em todo o continente ao longo do século XIX e, ao mesmo tempo, inspirou projetos e ações políticas variadas entre negros e não-negros em relação às lutas por independência, pela soberania popular, contra a escravidão e o racismo. Pelos seus impactos, no Brasil, o termo *haitianismo* se tornou presença constante em meio aos debates políticos do Império ao longo do oitocentos.



MOREL, Marco. A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.



A Confederação do Equador: o movimento.

Disponível em:

<https://abre.ai/multirioconfederacaodoequador>



REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marcus J. M. de. O Outro Lado da Independência: Quilombolas, Negros e Pardos em Pernambuco (Brazil), 1817-23. **Luso-brazilian Review**, v. 43, n. 1, p.1-30. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4490641?seq=20>. Acesso em 05 abr. 2022.

COSTA, F. A. Pereira da. **Diccionario biographico de pernambucanos célebres**. Recife: Typografia Universal, 1882. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221687>. Acesso em 05 abr. 2022.

MOREL, Marco. **A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

SILVA, Clécia M. da. **Militares negros e pardos: conflitos étnico-sociais na província de Pernambuco (1800-1831)**. 2010. 143f. (Dissertação de Mestrado em História), Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2010.

_____. Pedro da Silva Pedroso e a Pedrosada de 1823: descontentamento, insubordinação e motim. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29, 2017, Brasília. **Anais Eletrônicos**. p.1-17. Disponível em: <https://url.gratis/LzkXo6>. Acesso em: 05 abr. 2022.

Revolta do Major de Pardos – Pernambuco. **Impressões Rebeldes**, (s.d). Disponível em: https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?revoltas_categoria=1824-revolta-do-major-d-e-pardos-pernambuco. Acesso em: 5 de abril de 2022.

SCHREIBER, Mariana. Racismo: o brasileiro por trás de ação pioneira contra segregação nos EUA em 1833. **BBC News**. 10 maio 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56684133>. Acesso: 26 abr. 2022.

SILVA, Luiz G. S. da. O Averso da independência: Pernambuco (1817-24). In: MALERBA, Jurandir (org.). **A Independência Brasileira: Novas Dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Um projeto para a nação: Tensões e intenções políticas nas "províncias do Norte" (1817-1824) . **Revista de História**, [S. l.], n. 158, p. 199-216, 2008. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i158p199-216. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19079>. Acesso em: 5 abr. 2022.

III ECOS DA INDEPENDÊNCIA

- NA REVOLTA DOS MALÊS - 1835
- NA CABANAGEM - 1835-1840
- NA BALAIADA - 1838-1841

"É extremamente significativo que tenhamos aprendido tão pouco sobre as Guerras de Independência no nosso próprio país. Como se elas nunca tivessem existido. Mas se nossa soberania foi mais do que um grito, foi porque teve gente lutando e morrendo em nome dela. Piauí, Rio de Janeiro, Maranhão, Bahia. Essas foram algumas das localidades brasileiras nas quais o povo não branco deu novos sentidos para o Brasil, mostrando que o 7 de setembro de 1822 só perseverou graças à luta pela independência da Bahia, que começou em 1822 e culminou no 2 de julho de 1823."

(Yuaê Lopes dos Santos)⁵⁵

Na Revolta dos Malês



Confronto entre as tropas da Guarda Nacional e negros.

Foto reprodução: Multirio

*Nossos ancestrais lutaram pela liberdade
Contra tudo e contra todos
O negro nunca foi covarde
Fugiu das senzalas
Refugiou-se nos quilombos
Conquistou a liberdade
Mas em busca da igualdade
Ainda sofre alguns tombos
(Criolo)*

Segundo a Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana, escrita por Nei Lopes (2011), *Malê* é um nome derivado do iorubá *imale*, “mulçumano”, pelo qual eram conhecidos no Brasil os negros islamizados, principalmente os hauçás e os nagôs. Os malês destacaram-se como insubmissos e sediciosos representantes do Islão Negro no Brasil.

O núcleo organizador da revolta ocorrida em 1835 na cidade de Salvador, era em sua maior parte composto por muçulmanos(as). Alguns rebeldes tinham outras religiões, mas isso não os impediu de lutar lado a lado pela conquista do direito a uma vida melhor.

Desse modo, a Revolta dos Malês que foi programada para acontecer durante o *Ramadã*, período sagrado dos muçulmanos, aconteceu no final do mês de jejum, em 25 de janeiro. Para Reis (2014), a tríade: religião, etnia e escravidão foi a base da Revolta.

A Revolta estava ligada à condição de escravidão, e de subalternidade, mesmo aos libertos, imposta a africanos. Na Salvador daquele contexto, havia uma grande presença dos chamados “escravos de ganho”. Estes passavam o dia prestando serviços, vendendo alimentos ou produtos e entregavam o que ganhavam a seus senhores, podendo ficar com o excedente. Assim, muitos(as) conseguiam comprar a própria liberdade, embora mesmo aos libertos fossem incumbidas funções comuns aos que se encontravam na condição de escravizados.

Vale ressaltar, que, africanos(as) libertos(as) também não gozavam de direitos concedidos às pessoas livres devido ao estigma racial. E, a circulação na cidade de libertos e escravizados, proporcionada pelas atividades que exerciam, facilitava a comunicação entre eles(as) e, conseqüentemente, a organização de levantes e revoltas.

Com pretensões de confisco de bens dos que os subordinavam, conquista de direitos que lhes eram negados e mesmo a instauração de um governo negro e islâmico, a Revolta dos Malês manifestou de forma contundente o enfrentamento à ordem vigente cerca de uma década após a independência, cujo projeto vencedor apostou na manutenção da escravidão e das desigualdes raciais. Segundo o historiador João José Reis (2003):

...foi o levante de escravos urbanos mais sério ocorrido nas Américas e teve efeitos duradouros para o conjunto do Brasil escravista. Centenas de insurgentes participaram, cerca de setenta morreram e mais de quinhentos, numa estimativa conservadora, foram depois punidos com penas de morte, prisão, açoites e deportação (p.9).

Ecoando em todo o Império e ficando por longo tempo na memória dos senhores da Bahia e da Corte, diversas medidas foram tomadas para impedir que outros movimentos parecidos acontecessem.

DESTAQUE:



Foto reprodução: Jarid Arraes

*“E para as mulheres negras
Mahin é uma referência
Um espelho poderoso
Dessa forte resistência
É coragem feminina
E também resiliência.”*

Jarid Arraes

Luiza Mahin foi, segundo Nei Lopes (2011), uma revolucionária e estrategista de origem daomeana que teve importante participação na Revolta dos Malês. Seu nome étnico, pronunciado “*marrim*” refere-se a um povo do antigo Daomé pertencente a etnia jeje, “termo genérico que, no Brasil, designava cada um dos africanos oriundos da antiga Costa dos Escravos, atual Benin” (LOPES, 2011, p.366).

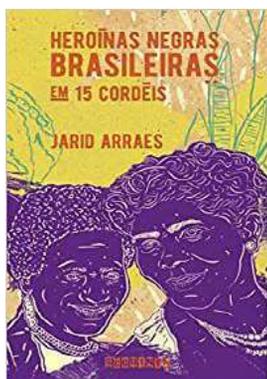
Devido à escassez de registros sobre sua vida, sabe-se apenas que viveu nas cidades de Salvador e do Rio de Janeiro. Há pesquisadores que se referem a ela como natural da Bahia e nascida livre por volta de 1812. Referências a seu nome, encontram-se em cartas escritas pelo advogado, poeta e abolicionista Luiz Gama, a quem Luiza Mahin teria dado à luz em 1830.

Ela é descrita como uma mulher alfabetizada, praticante da religião islâmica, quituteira e quitandeira, que tinha acesso a diversos lugares e pessoas, fazendo uso dessa abertura para circular bilhetes.

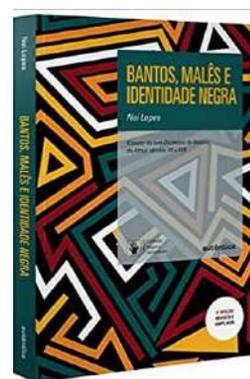
Perseguida por seu envolvimento com revoltas negras, teria conseguido escapar ou sido deportada para o Rio de Janeiro. Em seus registros, Luiz Gama relata que em viagem à Corte em busca de informações sobre a mãe, foi informado de que ela teria sido deportada para o continente africano.

Registros policiais apontam a participação de outras mulheres no Levante dos Malês, como: a africana nagô atingida por uma espingarda Gertrudes, Edum, Maria da Conceição, Maria das Chagas, e Emerenciana que teriam alimentado africanos(as) revoltosos (GOMES; LAURIANO; SCHWARCZ, 2021).

PARA SABER MAIS:



Livro "Heroínas Negras Brasileiras: em 15 cordeis", 2017 Jarid ArraesL



Livro "Bantos, malês e identidade negra", 2021 Nei Lopes



Livro: "Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês", 1986 João José Reis



Livro "Um defeito de cor", 2006 Ana Maria Gonçalves



Livro: Luiza Mahin, 2019 Armando Avena

REFERÊNCIAS

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis**. 1a ed. - São Paulo: Seguinte, 2020.

GOMES, F., S. LAURIANO, J., SCHWARCZ, L. **Enciclopédia negra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. **Bantos, Malês e identidade negra**. 4a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

LUIZA MAHIN. **Portal Geledés**. 25 jul. 2009. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/luiza-mahin/>. Acesso: 26 abr. 2022

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil - A História do Levante dos Malês (1835)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2014.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Outros gritos da Independência do Brasil**. Disponível em:
<https://www.dw.com/pt-br/outros-gritos-da-independ%C3%Aancia-do-brasil/a-59073543> . Acesso em: 28/03/2022.

Na Cabanagem



Foto reprodução: Cabanagem - Alepa

“O tempo cabanal há de tornar e essa será muito pior que a passada”. (Pedro Fernandes de Souza)

A Cabanagem foi um movimento revoltoso que aconteceu na década de 1830, na região da Amazônia, compreendendo a localidade que hoje fica situado no estado do Pará. Por mais que o movimento seja, de certa forma, pouco estudado e tenha poucas produções a seu respeito fora da região onde o movimento ocorreu, a Cabanagem foi o exemplo mais radical à crise do colonialismo português, da mesma forma que as dissidências e contradições oriundas do processo de formação do Império brasileiro. Estimativas da época apontam que a repressão à Cabanagem respondeu por cerca de dois terços do total dos quarenta mil mortos durante o conflito.

Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravizados, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. A grandiosidade desta revolução extrapola o número e a diversidade das pessoas envolvidas. Ela também abarcou um território muito amplo. Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central e ainda se aproximou do litoral norte e nordeste. Gerou distúrbios internacionais na América caribenha, intensificando um importante tráfico de idéias e de pessoas. (RICCI, 2007, p.6)

Dessa forma, Magda Ricci, professora da UFPA, retrata quão grandiosa, complexa e multifacetada foi a revolução cabana, com diferentes atores e interesses envolvidos, oriundos de experiências plurais das classes populares ou mais abastadas com diferentes expectativas em relação aos objetivos da revolução.

DESTAQUE:

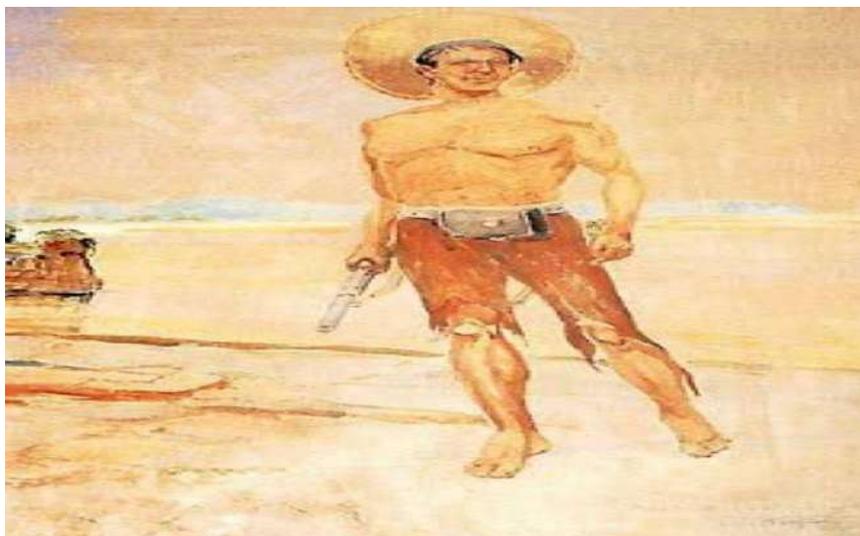


Foto reprodução: Cabano Paraense - Alepa

A revolta cabana teve uma adesão popular forte. Dentre seus três líderes principais, Félix Malcher, Francisco Vinagre e Eduardo Angelim, este último, único de origem popular, foi o que ficou mais tempo à frente do movimento.

A base popular da Cabanagem apresentou demandas mais radicais e revolucionárias: populações negras afirmando em suas ações seu direito à liberdade; a massa pobre composta principalmente de indígenas, tapuios e mamelucos, se insurgindo contra o recrutamento militar forçado e seus agentes; e, em conjunto, lutando pelo acesso à terra e o direito de dela tirar sua subsistência.

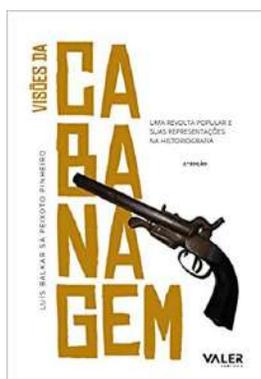
PARA SABER MAIS:



Filme: O Cônego – Senderos da Cabanagem (2011)
Dirigido por Paulo Miranda



Filme: A revolta dos Cabanos (2016)
Dirigido por Renato Barbieri



Livro: Visões da cabanagem: Uma revolta popular
e suas representações na historiografia
Autor: Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro



Série: O Pará que faz História - Episódio Cabanagem. Disponível em:
<https://www.facebook.com/governopara/videos/1501587133237088/>



Jogo da Cabanagem - Produzido pelo Laboratório de Realidade Virtual
Disponível em: <https://abre.ai/erCn>



Gazeta de Santarém – Especial Cabanagem
Caderno Especial publicado em 2009 pelo jornal Gazeta de Santarém,
sobre a história da Cabanagem.
Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/0002154336cb054c09126>

REFERÊNCIAS

PANTOJA, Ana Renata de Lima. Terra de revolta. Belém: **Imprensa Oficial**, 2014.

PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. Cabanagem: Plural e Radical. **Impressões Rebeldes**, Niterói , 2020. Disponível em:

<https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?temas=cabanagem-plural-e-radical>

Acesso em: 05/04/2022

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Nos subterrâneos da revolta**: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem. 1998. 439 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em:

<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12643> Acessado em: 13/04/2022

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 22, 2007.

Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/10370>

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Outros gritos da Independência do Brasil**.

Disponível em:

[https://www.dw.com/pt-br/outros-gritos-da-independ%C3%Aancia-do-brasil/a-5907](https://www.dw.com/pt-br/outros-gritos-da-independ%C3%Aancia-do-brasil/a-59073543)

[3543](https://www.dw.com/pt-br/outros-gritos-da-independ%C3%Aancia-do-brasil/a-59073543) . Acesso em: 28/03/2022.

Na Balaiada



Foto: Imagem criada pela autora

“...entre os heróis da história brasileira devemos enaltecer alguns participantes ativos de revoltas ou insurreições escravas e populares anteriores e posteriores ao século XIX, como o nome de Cosme Bento das Chagas.

(...) por outro lado, deveríamos aprender a negar Duque de Caxias, historicamente imposto aos brasileiros como um dos heróis nacionais quando, uma das suas atividades mais constantes foi a de ser um autêntico representante dos interesses das elites brasileiras e um implacável destruidor de quilombos.” (Edson Borges)

O período entre 1831 a 1840, intervalo de quase uma década entre o fim do Primeiro Reinado, comandado por D. Pedro I, e o início do Segundo Reinado, com a coroação de D. Pedro II, ficou conhecido como Regencial, já que o Brasil fora governado por regências. Um período de grandes tensões e enfrentamentos, um dos mais intensos desde o momento em que os portugueses invadiram as terras habitadas pelos povos originários deste chão, posteriormente batizado de Brasil.

No período em destaque, o país esteve marcado pelos arranjos legados da colonização, tendo as populações negras e indígenas, expropriadas e violentadas, insurgindo contra opressões.

Nesse contexto, um movimento de luta popular, nomeado **Balaiada** acontece na então província do Maranhão, agregando populações diversas que estavam colocadas à margem pelo sistema colonial, como negros alforriados, indígenas, escravizados, fazendeiros, artesões e pequenos agricultores. Ficou conhecida como uma das maiores desse período, por mobilizar ao menos doze mil pessoas, entre homens e mulheres, ao longo de seus quatro anos de duração, se estendendo pelas províncias do Piauí e Ceará.

O estopim para a insurgência foi a detenção de Cara Preta, irmão do vaqueiro Raimundo Gomes, que, com nove outros homens, invadiu o edifício da cadeia pública e o libertou, juntamente com outros presos.

O nome dado posteriormente à revolta, deve-se ao fato de que *balaio* era o apelido de um dos principais líderes do movimento, chamado Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, fabricante de balaios, que buscava justiça após a polícia ter violentado uma de suas filhas, sem nenhuma indicação de punição.

Àquela época, dois partidos regiam a província do Maranhão: os liberais (conhecidos como bem-te-vis, por causa do seu jornal, chamado O Bem-te-vi) e os conservadores (cabanos, por

analogia com a Cabanagem do Pará, Pernambuco e Alagoas).

Uma das maiores bandeiras do movimento era a igualdade. Entretanto seus atores a entendiam de formas diferentes. Para muitos, essa seria uma conquista dirigida aos considerados “homens de cor” , considerados à época os mestiços, cabras e caboclos, almejando que estes tivessem os mesmos direitos dos brancos. Excluídos desse grupo estavam os negros e indígenas, em consonância com a ideologia escravista dominante à época.

Somente quando os movimentos dos Balaios e dos escravizados perderam a força inicial, por volta de 1840, que se iniciou a aproximação entre esses dois grupos. Foi só aí que o caráter racial da luta ficou mais evidente. Eram os “homens de cor contra os brancos”, momento em que a repressão se acentuou ainda mais.

Raimundo Gomes, líder dos Balaios, foi derrotado, juntando-se em 1839 à Cosme Bento das Chagas e aos quilombolas liderados por ele. Posteriormente, em 1841, Chagas juntou-se a um grupo de indígenas, até render-se, com mais de setecentos rebeldes, às tropas do futuro Duque de Caxias. Mais de onze mil Balaios foram vencidos pela repressão, fome e esgotamento. Entretanto, tais revoltas compõem uma série de insurgências populares que marcaram a construção do Império do Brasil, e inspiraram outros movimentos anti-escravistas nas décadas posteriores.

DESTAQUE:



Foto reprodução: Museu do Memorial da Balaiada

No Maranhão, o Projeto de Lei Nº 5.654/2020 pretende incluir Cosme Bento das Chagas, o Negro Cosme, como herói da pátria, por considerá-lo um dos grandes líderes da Balaiada. O PL propõe como data comemorativa o dia 17 de setembro, dia da morte de Cosme. Uma praça na cidade de Caxias - MA, leva seu nome e o Museu da Balaiada o reverencia como herói.

Nascido em Sobral (CE) entre os anos de 1800 e 1802, foi um grande líder quilombola brasileiro, adotando o título de “Tutor e Imperador das Liberdades Bem-Te-Vis”. Fundou o maior quilombo da história do Maranhão e, dentro dele, segundo o Projeto de lei citado, uma escola, possibilitando o acesso à educação que, na época, estava restrita às populações mais abastadas.

Cosme chegou a estar a frente de um exército com mais de três mil escravizados, sendo o último exército de pé na resistência, vencido apenas com sua captura e execução.

O movimento fugiu do controle das camadas dominantes que buscavam ascensão social, transformando-se num levante dos setores mais humildes da província. Os mais de três mil escravizados ao lado do "Imperador, Tutor e Defensor das Liberdades Bem-te-vis", como se proclamava Cosme, tomaram a Vila de Caxias.

Documentos da época relatam o cântico dos povos subalternizados, marcando o caráter racial da luta:

O Balaio chegou!

O Balaio chegou.

Cadê branco!

Não há mais branco!

Não há mais sinhô!

PARA SABER MAIS:



Museu do Memorial da Balaiada - Virtual. Disponível em:
<http://www.memorialvirtual.com/galeria-de-fotos.html>



Revoltas regenciais| Rioeduca na TV – História - 9º Ano. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=hRh2ycKp1Y>

PARA SABER MAIS:

Ebook de cordeis: “A Guerra da Balaiada - A epopéia dos guerreiros balaios na versão dos oprimidos” Coleção Negro Cosme

Disponível em:

<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/balaiada.pdf>



Série O Mochileiro do Futuro - Episódio “A Balaiada”

Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/assista/tv/12043-a-balaiada>

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. **A memória do tempo de cativo no Maranhão.** Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v15n29/04.pdf>. Acesso em 03/04/2020.

BRASIL. Diário Oficial do Maranhão. Disponível em: <https://www3.igualdaderacial.ma.gov.br/files/2019/09/LEI-N%C2%BA-10.524-DE-27-DE-OUT-UBRO-DE-2016-1.pdf> . Acesso em: 07/04/2022.

BRASIL ESCOLA. Balaiada | Revoltas Regenciais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AcScZ1A4dqw&t=5s> . Acesso em: 03/04/2022.

BORGES, Edson. A rota da liberdade do negro Cosme Bento das Chagas e a Balaiada (1838-1841). **PORTAL GELEDÉS.** Ano 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negro-cosme-bento-das-chagas-e-balaiada/> . Acesso em: 08/04/2022.

DUARTE, Rosângela de O.; MACÊDO, Sidiana da C. F. de. Memorial Virtual: museu memorial da balaiada. **Museu Memorial da Balaiada.** Disponível em: <http://www.memorialvirtual.com/index.html>. Acesso em: 03 abr. 2022.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **Balaiada: construção da memória histórica.** Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100003. Acesso em 03/04/2020.

MATEUS Yuri Givago Alhadeff Sampaio. **A Guerra da Balaiada.** São Luís, 2018. Disponível em <http://www.ppghist.uema.br/wp-content/uploads/2016/12/Paradid%C3%A1tico-Yuri-vers%C3%A3o-p%C3%B3s-banca.pdf>. Acesso em 03/04/2020.

MULTIRIO. Revoltas regenciais | **Rioeduca na TV** – História - 9º Ano. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hRh2ycKp1Y> Acesso em: 03/04/2020.

MULTIRIO. **A Balaiada.** Por Jeanne Abi-Ramia. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/artigos/11758-a-balaiada> . Acesso em: 08/04/2022.

MULTIRIO. **A Revolta dos Balaios: o movimento e a repressão da Regência.** Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/brasil-monarquico/91-per%C3%ADodo-regencial/9929-a-balaiada-a-prov%C3%ADncia-do-maranh%C3%A3o-entre-1838-e-1841> .Acesso em: 08/04/2022.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Outros gritos da Independência do Brasil.** Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/outros-gritos-da-independ%C3%Aancia-do-brasil/a-59073543> . Acesso em: 28/03/2022.

SOUSA, Adriana Barreto. O resgate do que se desmancha: a cartografia da pacificação da Balaiada. **Rev. TOPOI**, V.9, N. 9, Jan-jun. 2008, p. 233-257.

Fique de olho!

Você conhece as edições anteriores da Agenda GERER?
Não perca tempo!

Acesse o site e explore um ambiente cheio de dicas e orientações sobre Educação das Relações Étnico-Raciais.

Bom trabalho!



EDUCAÇÃO

GOVERNO E
INTEGRIDADE
PÚBLICA



GERÊNCIA
DE RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS

COORDENADORIA
EXECUTIVA DE
PROMOÇÃO
DA IGUALDADE RACIAL